

*Carmen Guimarães Mehedff*  
*Marcela Pronko*  
Organizadoras

FLACSO

# Diálogo Social, Harmonização e Diversidade no Mundo do Trabalho

2004



303  
D536

**Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais  
Sede Acadêmica Brasil**

SCN • Quadra 06 • Bloco A, Salas 607/609/610 • Ed. Venâncio 3000

CEP: 70716-900 • Brasília-DF • Brasil

Telefax: 55 (61) 328-6341/328-1369

E-mail: [flacsobr@flacso.org.br](mailto:flacsobr@flacso.org.br)

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)

**Programa:**

Co-Edições

**Convênio:**

MTE/SPPE – FLACSO/Brasil (2003)

**Coleção:**

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego, e  
Geração de Renda

Copyright © FLACSO 2004

ISBN 85-86315-35-4

<b>BIBLIOTECA - F. 11265 - EC</b>
Fecha: 30 sept. 2004
Compra: .....
Proveedor: .....
Carj.: .....
Do: ac'ón: FLACSO-Brasil

**Ficha Catalográfica**

D536

Diálogo social, harmonização e diversidade no mundo do  
trabalho / Carmen Guimarães Mehedff, Marcela Pronko,  
organizadoras. – Brasília : FLACSO, 2003.

372 p. ; 23 cm. – (Coleção Políticas Públicas de Trabalho,  
Emprego e Geração de Renda)

1. Processos sociais. 2. Desenvolvimento social. 3.  
Políticas públicas. I. Mehedff, Carmen Guimarães  
II. Pronko, Marcela. III. Série.

CDD 303

CDU 316.4

11265

# Sumário

## **Apresentação da Coleção**

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e  
Geração de Renda

*Ayrton Fausto* . . . . . 9

## **Introdução**

Diálogo Social, Harmonização e Diversidade no  
Mundo do Trabalho

*Carmen Guimarães Mebedff*

*Marcela Pronko* . . . . . 27

## **Parte I: Diálogo social: corpos colegiados e intervenções locais**

El Dialogo Social en América Latina: Una Propuesta sobre  
la Relación Diálogo Social y Gobernabilidad Democrática de  
los Cambios Laborales en Sistemas Económicos Liberalizados

*Guillermo Campero* . . . . . 34

Trabalho e Renda e o Sistema Público de Apoio  
ao Desenvolvimento Local

*Franklin Dias Coelho* . . . . . 54

Redes Educativas de Desenvolvimento da Cidadania

*lvônio Barros Nunes* . . . . . 74

Diálogo Social, Disputa de Hegemonia e Consentimento Ativo na Gestão Local dos Recursos do FAT: A Experiência do Município de Vitória da Conquista/BA <i>José dos Santos Souza</i> . . . . .	84
---	----

Democratização do Acesso ao Crédito: Crédito Massificado X Crédito Assistido <i>Antônio Valdir Oliveira Filho</i> . . . . .	108
---	-----

## **Parte II: Integração supranacional e harmonização das políticas públicas de trabalho e renda**

Diálogo Social e Harmonização de Políticas Públicas de Trabalho na América Latina e no Caribe: As Experiências do Mercosul e da Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) <i>Marcílio Ribeiro de Sant'Ana</i> . . . . .	116
---	-----

Acuerdos Comerciales: Un Nuevo Desafío para las Trabajadoras y los Trabajadores en Chile <i>Manuel Razeto Barry</i> . . . . .	143
---	-----

Globalización y Exclusión Laboral en Centroamérica <i>Juan Pablo Perez Sainz</i> . . . . .	207
---	-----

## **Parte III: Diversidade no mundo do trabalho**

Diversidade no Mundo do Trabalho: Tópicos para uma Comparação de Categorias <i>Silvia C. Yannoulas e Cid Garcia</i> . . . . .	226
---	-----

A Experiência de Reconhecimento da Diversidade <i>Syomara Deslandes Tindera</i> . . . . .	268
--	-----

## **Parte IV: A proposta de Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda: 2004-2007**

Desafios para a Construção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

*Remígio Todeschini* . . . . . 274

Plano Nacional de Qualificação – PNQ:

Novos Horizontes para a Qualificação

*Antonio Almerico Biondi Lima* . . . . . 303

### **Anexos:**

I – Novas Aproximações ao Perfil dos Atores Estratégicos da Política Pública de Trabalho e Renda no Brasil

*Silvia Yannoulas*

*Lilia Rodríguez Farrell* . . . . . 310

II – Agenda da Fase Presencial . . . . . 361

III – Lista de Participantes do Seminário . . . . . 363

IV – Abreviaturas e Siglas . . . . . 365

# Diálogo Social, Disputa de Hegemonia e Consentimento Ativo na Gestão Local dos Recursos do FAT: A Experiência do Município de Vitória da Conquista/BA

*José dos Santos Souza<sup>1</sup>*

**N**este trabalho, procuraremos tecer algumas considerações acerca da experiência da Comissão Municipal Tripartite e Paritária de Emprego de Vitória da Conquista (CMTPE). Tais considerações têm como referência os registros de observação das reuniões dessa Comissão feitos pela equipe de pesquisa do projeto intitulado “Diagnóstico da Política de Formação Profissional em Vitória da Conquista/BA”, documentos bibliográficos primários (atas e manual de implantação) e entrevistas.<sup>2</sup> Como parte dos objetivos deste projeto de pesquisa, temos acompanhado os trabalhos da CMTPE para coletar informações que nos permitam conhecer e caracterizar o diálogo social estabelecido na gestão dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) aplicados em projetos de qualificação profissional articulados a projetos de geração de emprego e renda.

---

1 José dos Santos Souza é professor de Política Educacional da UESB e doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (NETPS/Uesb).

2 A equipe deste projeto de pesquisa é composta por: José dos Santos Souza (coordenador), Jussara Marques de Macedo, Célia Tanajura Machado, Vitória Carme C. Santos, Rosana Márcia Tinoco Leite, Jadilson Almeida Vilas Boas e Carla Carolina Costa da Nova (bolsista de iniciação científica). Sem a colaboração desses investigadores a elaboração deste trabalho não seria possível. Entretanto, todas as considerações aqui apresentadas são de inteira responsabilidade do autor.

Em caráter de socialização de resultados preliminares de pesquisa, ao fazermos considerações sobre a experiência da CMTPE de Vitória da Conquista, não temos nenhuma pretensão de apresentar conclusões, mas abrir um debate sobre a natureza do diálogo social estabelecido no contexto da gestão de políticas públicas de qualificação, trabalho e renda no âmbito local. Nossa principal preocupação, portanto, é fazer uma exposição de como esse diálogo social tem se estabelecido, apontar seus determinantes internos e externos e verificar em que medida esse diálogo social tem se constituído em um espaço de disputa de hegemonia.<sup>3</sup>

Para uma melhor compreensão do objeto de nossa reflexão, primeiramente buscaremos caracterizar o município de Vitória da Conquista e sua posição no contexto da Região do Sudoeste Baiano. Posteriormente, faremos uma breve caracterização do mercado de trabalho nesse município. De posse dessas informações, faremos uma exposição da experiência da CMTPE no contexto da política nacional e estadual de qualificação profissional e geração de emprego e renda. Por fim, procuraremos tecer algumas considerações sobre a forma como tem se dado o diálogo social e a mediação de interesses dos diferentes sujeitos coletivos envolvidos.

## Vitória da Conquista enquanto capital regional do Sudoeste Baiano

Vitória da Conquista é um município de médio porte (cerca de 262 mil habitantes)<sup>4</sup> situado na Região Econômica do Sudoeste da Bahia. Essa região corresponde, grosso modo, às microrregiões de Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié,<sup>5</sup> pois se encontra estruturada por meio

---

3 O termo "hegemonia", na perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 1999 e 2000), consiste na capacidade de uma classe social dirigir intelectual e moralmente o conjunto da sociedade. Em um aspecto, hegemonia refere-se ao processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, por meio de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante; em outro aspecto, faz referência à relação entre as classes dominantes e dominadas, onde a classe dominante impõe de forma dinâmica sua concepção de mundo como inteiramente abrangente e universal, buscando moldar os interesses e as necessidades dos grupos subalternos. É a partir do conceito gramsciano de hegemonia que podemos explicar o consentimento de que gozam as relações sociais de produção capitalista entre as massas trabalhadoras (SOUZA, 2002: 43-44).

4 Todas as informações demográficas aqui apresentadas estão baseadas no Censo de 2000, publicadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 2002 (BAHIA, 2002).

5 A Região do Sudoeste da Bahia é composta pelos seguintes municípios: Anagé (9.067 hab.), Barra do Choça (40.818 hab.), Belo Campo (17.655 hab.), Boa Nova (20.544 hab.), Bom Jesus da Serra (10.502 hab.), Caatiba (15.508 hab.), Caetanos (13.076 hab.), Cândido Sales (28.516 hab.), Caraíbas (17.164 hab.), Cravolândia (5.001 hab.), Encruzilhada (32.964 hab.), Firmino Alves (5.170 hab.), Ibicuí (15.129 hab.), Iguai (25.134 hab.), Irajuba (6.362 hab.), Itambé (30.850 hab.), Itapetinga (57.935 hab.), Itaquara (7.861 hab.), Itarantim (16.923 hab.), Itiruçu (13.585 hab.), Itororó (19.799 hab.), Jaguaquara (46.621

do dinamismo urbano desses três municípios e pelos eixos rodoviários da BR 116, principalmente no sentido Norte/Sul, e pelas várias BRs, inclusive a BR 415, no sentido Leste/Oeste, que liga a Região Cacaueira à Serra Geral e ao Médio São Francisco.

Com uma área de 42.542,9 km<sup>2</sup>, a população total da Região Sudoeste registrou o número de 1.135.362 habitantes no ano de 2000, distribuídos da seguinte forma: na área urbana, 360.954 homens e 380.337 mulheres; na área rural, 205.522 homens e 188.549 mulheres. A densidade demográfica, nesse período, foi de 26,69 hab/km<sup>2</sup>. Em 2000, abrigava 8,69% da população estadual. Esse índice foi diminuído, já que em 1980 ele era de 10,1%. Quase todas as cidades da região tiveram seu expressivo crescimento entre 1980 e 1991: Jaguaquara (4,9%); Poções (4,0%); Vitória da Conquista (3,3%); Encruzilhada (3,7%); Caatiba (3,9%); Boa Nova (3,3%); Lafaiete Coutinho (4,4%) e Mirante (5,6%).

Nota-se, então, que o Sudoeste é uma região relativamente urbanizada, apesar do grau de urbanização da Bahia ser relativamente baixo, se comparado a outras regiões do país. Essa condição lhe é garantida, majoritariamente, pelas cidades de Vitória da Conquista e Jequié, que totalizavam mais de 409,5 mil habitantes em 2000.

O quadro da educação no Brasil e, particularmente, na Região Nordeste do país, continua sendo precário, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Na Região Sudoeste da Bahia, essa realidade é ainda mais grave. Cerca de 40% da população global e 50% dos jovens dessa Região são analfabetos. Apenas nos três maiores municípios da Região Sudoeste a situação apresenta-se um pouco melhor.

No tocante aos aspectos econômicos, verificamos que a Região começou a ser ocupada pela pecuária extensiva, sendo que algumas cidades se desenvolveram como centros de comércio em geral e de serviços. Dois outros fatores econômicos marcaram sua evolução: a implantação de distritos industriais em Vitória da Conquista e Jequié e a expansão da nova cafeicultura na microrregião de Vitória da Conquista. A microrregião de Itapetinga é especializada na pecuária bovina de corte, tendo o leite como subproduto. Entre as lavouras permanentes, o café e o urucum se destacam na zona de Vitória da Conquista, o

---

hab.), Jequié (147.202 hab.), Lafaiete Coutinho (4.102 hab.), Lagedo do Tabocal (8.100 hab.), Macarani (14.594 hab.), Maiquinique (7.326 hab.), Manoel Vitorino (16.704 hab.), Maracás (31.683 hab.), Mirante (13.666 hab.), Nova Canaã (15.366 hab.), Planaltino (7.963 hab.), Planalto (21.707 hab.), Poções (44.213 hab.), Potiraguá (14.579 hab.), Ribeirão do Largo (15.303 hab.), Santa Inês (11.027 hab.), Tremedal (21.200 hab.) e Vitória da Conquista (262.494 hab.).

cacau, na microrregião de Jequié e nas áreas limítrofes com a Região Sul do Estado. As zonas próximas de Jequié e Jaguaquara concentram ainda uma fruticultura permanente diversificada: abacate, banana, caqui, maracujá e tangerina. Entre as lavouras temporárias, o destaque fica para a mandioca, a mamona e a cana-de-açúcar, basicamente nas microrregiões de Jequié e Vitória da Conquista, assim como para a fruticultura, a horticultura e a olericultura, nos entornos de Jequié e Jaguaquara. A Região Sudoeste conta com infra-estrutura básica consolidada e sólida tradição empresarial na agropecuária, no comércio, em alguns serviços e em certos ramos industriais.

Atualmente, mais de 50% da produção baiana de café está no Sudoeste; 30%, na microrregião do Planalto de Conquista, principalmente em Vitória da Conquista, Barra do Choça e Poções. Tal produção, que já correspondeu a um milhão de sacas, reduziu-se para 250 mil em 1995, deixando de ser esse produto o principal responsável pelo crescimento econômico regional, como o foi na fase de plantio, nas décadas de 1970 e 1980. A produção regional de café destina-se aos mercados do Rio de Janeiro e de Santos.

Fora o setor agropecuário e agroindustrial, é necessário lembrar a indústria regional que sobreviveu à prolongada recessão dos anos 1980. Aproximadamente, duas dezenas de empresas exploram os recursos minerais da região. Existem, ainda, entre grandes e pequenos, cerca de três centenas de estabelecimentos, operando no variado leque de atividades de transformação industrial, fora ou dentro dos espaços dos antigos distritos industriais. Na indústria regional, destacam-se os ramos de beneficiamento de minerais não-metálicos, metalúrgicas, serrarias e oficinas de mobiliário, indústria de roupas e calçados, bem como produção de alimentos de consumo popular.

No setor de serviços, além do tradicional comércio regional que atende aproximadamente dois milhões de consumidores, dois novos segmentos começam a se destacar: os serviços de educação e saúde, cuja oferta cresce aceleradamente, sobretudo, na capital regional de Vitória da Conquista.

Contando com 23,12% da população regional, sendo que quase 86% dessa população é urbana, Vitória da Conquista mantém posição de destaque relativo, perfazendo 2% da renda estadual. A cidade constitui um pólo de influência para toda a Região Sudoeste e para o norte de Minas Gerais. É também o lugar da concentração de comércio e serviços, principalmente de educação e saúde. Esse município sedia a

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) que, atualmente, é um centro irradiador de recursos humanos qualificados para toda a região, além de três instituições privadas de ensino superior surgidas mais recentemente, nos anos 2000.

A indústria regional também é concentrada em Vitória da Conquista. Em 1994, segundo a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), nela encontravam-se 55% dos estabelecimentos e a maior concentração dos ramos minerais não-metálicos e de metalurgia da região.

### **Situação do emprego em Vitória da Conquista**

Segundo um estudo feito pela Secretaria Municipal de Expansão Econômica de Vitória da Conquista (PMVC/SEE, 2002), se considerarmos a variação anual acumulada entre 1990 e 2000, poderemos afirmar que o emprego formal em Vitória da Conquista cresceu consideravelmente com a criação de 10.160 novos postos de trabalho (*Ibidem*: 01). Esse crescimento se deu entre os anos de 1996 e 1999, correspondendo a 78% do total. A única baixa verificada no mercado de trabalho formal desse município no período se deu em 1991, com a redução de 87 postos de trabalho.

O setor de serviços foi identificado como o principal responsável pelo crescimento do emprego formal em Vitória da Conquista nos anos 1990, pois registrou um saldo acumulado de 4.004 postos de trabalho (PMVC/SEE, 2002: 01). Em seguida vieram os setores da indústria e do comércio, com o surgimento de 1.920 novas vagas no primeiro e 2.434 no segundo. O menor crescimento se deu na construção civil (528 novas vagas), na agropecuária (68 novas vagas) e na administração pública (619 novas vagas). Na construção civil foi verificada uma série de baixas nos postos de trabalho durante a primeira metade da década de 1990, com sutil recuperação a partir de 1998. A agropecuária e a administração pública, por sua vez, mantiveram as baixas médias durante todo esse período, constatando-se em boa parte dos anos uma simples realocação da força de trabalho. Entretanto, foi na extração mineral que se verificou o maior número de extinção de postos de trabalho nos anos de 1990, com um acúmulo de um pequeno déficit de 120 vagas (*Ibidem*: 01).

O estoque de emprego formal no município de Vitória da Conquista, segundo o registro da PMVC/SEE, era de 24.656 empregados no final do ano de 2000, sendo que 8.816 se encontravam no setor de serviços,

7.860 no comércio, 3.206 na indústria, 2.198 na administração pública, 1.251 na construção civil, 1.135 na agropecuária, 50 na extração mineral e 138 nos serviços industriais de utilidade pública (*Ibidem*: 01).

Para termos uma visão mais apurada do significado desse aumento de postos de trabalho em Vitória da Conquista, num contexto de aumento do desemprego em todas as regiões metropolitanas do país, seriam necessárias informações sobre a variação da PEA de Vitória da Conquista nesse período. Entretanto, essas informações não estão disponíveis pelo SEI, órgão responsável pela sistematização das estatísticas dos municípios baianos. Mas a representação do poder público municipal afirma que esse crescimento do emprego formal em Vitória da Conquista durante os anos de 1990 não foi suficiente para atender à demanda do município por emprego e renda (SOUZA, 2003). Se considerarmos que a População Economicamente Ativa (PEA) em todo o Estado da Bahia em 1992 correspondia a 46% do total da população e que em 1999 correspondia a mais de 49% (BAHIA, 2002), mesmo sem os dados da variação da PEA no município de Vitória da Conquista, é possível deduzir que deve ter ocorrido aumento da demanda por emprego no período de 1990 a 2000. Outro dado que corrobora tal dedução é a taxa de desemprego na Bahia. Em 1999, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador era de 27% e nos demais municípios, 34%.

Salvo a precariedade dos dados, segundo os critérios da Política Nacional de Qualificação (PNQ), Vitória da Conquista é um município merecedor de uma política local de qualificação profissional e, portanto, carente de uma comissão ou conselho específico para acompanhar e controlar as ações e formulações nesse campo de forma articulada com uma política de geração de emprego e renda. É sobre a implantação desse fórum que trataremos a seguir.

### **Diálogo Social e conformação de interesses antagônicos na gestão dos recursos do FAT em Vitória da Conquista**

Desde 1995, por iniciativa do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social (SETRAS), com a colaboração da PMVC/SEE, em conjunto com representações do empresariado e dos trabalhadores, instituiu-se um fórum tripartite e paritário para acompanhar e controlar a utilização dos recursos do FAT nas ações e formulações de qualificação profissional e geração de emprego

e renda. Esse fórum foi criado em decorrência das demandas de encaminhamentos do Plano Estadual de Qualificação, para subsidiar os trabalhos da Comissão Estadual de Emprego na identificação de demandas de qualificação e no acompanhamento da aplicação dos recursos.

A Comissão Tripartite e Paritária de Emprego (CMTPE) de Vitória da Conquista, portanto, é um fórum instituído por iniciativa do governo estadual em colaboração com o governo municipal, como parte do projeto estadual de qualificação e geração de emprego e renda do Estado da Bahia. Em um aspecto, sua função é acompanhar a aplicação dos recursos do FAT pelo sistema financeiro público (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste etc), ou seja, verificar no setor formal e informal quais os recursos aplicados, as áreas de aplicação e quais os resultados na política de geração de emprego e renda no município. No segundo aspecto, a CMTPE tem como tarefa promover e acompanhar ações de formação e qualificação de força de trabalho articuladas com a política de geração de emprego, de modo a garantir empregabilidade. De forma sistematizada, a finalidade das CMTPEs ficou assim prescrita pela SETRAS (BAHIA, 2001: 12):

*“Atua em nível local, acompanhando a aplicação dos recursos do FAT nos municípios, com o objetivo de:*

- *Reunir representantes da sociedade organizada, oficializando-se comprometimento com a busca de soluções e alternativas para o desenvolvimento socioeconômico municipal;*
- *Proporcionar a discussão técnica e a tomada de decisões, onde cada segmento assegura os direitos da sociedade;*
- *Oportunizar o fortalecimento de cada segmento na atuação da Comissão.”*

Hoje, a CMTPE é composta por nove membros, de forma tripartite, com representação do Estado, do empresariado e dos trabalhadores. Como também tem caráter paritário, sua composição conta com três representantes de cada segmento.<sup>6</sup> O segmento estatal é representado pelo secretário municipal de Expansão Econômica de Vitória da Conquista, um membro da SETRAS e um membro do Ministério do Trabalho. O segmento do empresariado é representado pelo presidente da Associação da Indústria de Vitória da Conquista (Ainvic), pelo presidente da Associação Comercial de Vitória da Conquista e por um

---

<sup>6</sup> Esta composição também está prescrita pela SETRAS (2001: 12), onde está determinado que, “na Bahia, as Comissões Municipais participam, de acordo com o porte do município, com duas a três representações de cada segmento”.

membro do Sindicato do Comércio. O segmento dos trabalhadores, por sua vez, é representado por um membro da CUT, pelo presidente do Sindicato dos Bancários e por um membro do Sindicato dos Comerciantes. Normalmente, em suas reuniões, a CMTPE conta com a participação de convidados e colaboradores representando organizações da sociedade civil que atuam na área do trabalho e/ou da qualificação profissional (Sistema "S", universidade, CEFET etc.).

A CMTPE ainda é pouco representativa e carente de legitimidade na dinâmica da política local. Isso se deve ao fato dessa Comissão ter um poder bastante reduzido no que tange ao controle da aplicação dos recursos do FAT, embora seja seu papel exercer tal controle.

Justamente por ser regulamentada pela Comissão Estadual, com quem trabalha em sintonia, funcionando como uma espécie de fórum intermediário entre a Comissão Estadual e a comunidade local nas ações e formulações de qualificação profissional e geração de emprego e renda naquele município, a CMTPE ainda não tem uma identidade própria. Segundo um documento da SETRAS, a relação entre a CMTPE e a Comissão Estadual de Emprego fica bastante explicitada:

*"A Comissão Estadual de Emprego tem papel estratégico na gestão política de trabalho e renda no Estado. Sua composição é tripartite e paritária e compõe um fórum permanente de discussão sobre a destinação dos recursos do FAT no Estado, em parceria com a SETRAS, num constante processo de negociação e consenso entre trabalhadores, poder público e empresários, possibilitando a democratização e transparência das ações.*

*A Comissão Estadual é o órgão que **homologa** as Comissões Municipais de Emprego e, com a SETRAS, **acompanha e monitora** seu funcionamento."* (BAHIA, 2001: 12 – grifo nosso)

A Comissão Estadual de Emprego, portanto, atua como um aparelho de Estado capaz de combinar mecanismos de coerção e de consenso que se equilibram de modo variado, sem que as medidas de coerção suplantem em muito o consenso, mas, ao contrário, busque fazer com que as medidas de coerção pareçam apoiadas no consenso da maioria. Tal consenso, muitas vezes é artificialmente multiplicado pela tecnocracia estatal e pelos intelectuais orgânicos do empresariado e repassado às camadas subalternas como uma expressão do real. As comissões municipais implantadas pela SETRAS em todo o estado da Bahia têm como tarefa política reproduzir no nível local esta dinâmica de mediação do conflito de classe deflagrada pela Comissão Estadual de Emprego, sob seu monitoramento.

É justamente esse aspecto que confere à CMTPE um caráter pouco autônomo em suas ações e formulações. Isso se deve ao fato de, até o ano de 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego não ter estabelecido convênios com municípios para a execução de ações da Política Nacional de Qualificação. Esses convênios eram firmados apenas com as secretarias estaduais, de modo que o acompanhamento e controle dessas ações ficavam de fato a cargo da Comissão Estadual, por meio do monitoramento e acompanhamento do funcionamento da CMTPE. Sendo assim, o papel da CMTPE era apenas de subsidiar as ações e formulações da Comissão Estadual. Seu poder de intervenção era praticamente nulo. Isso privava a CMTPE de ter, por exemplo, um plano municipal de qualificação. Poderíamos dizer que seu papel era mais de legitimador político e ideológico da ação estadual no campo das políticas públicas de trabalho e renda do que de um fórum formulador de políticas de fato.

No que tange ao poder da CMTPE em interferir na aplicação dos recursos do FAT no município, ainda existem muitas limitações. Embora a CMTPE venha estabelecendo prioridades para a política de qualificação e geração de emprego e renda, tomando como referência os estudos elaborados pela prefeitura e por algumas organizações da sociedade civil, isso não tem significado que ela tenha algum poder de intervenção na alocação dos recursos do FAT feita pelo setor financeiro. Ao contrário disso, as direções locais do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco Nordeste oferecem muita resistência à atuação da CMTPE na definição de prioridades para a aplicação dos recursos do FAT no município.

O setor financeiro, de modo geral, já possui diretrizes bem definidas para seus investimentos. Além disso, o corpo técnico das instituições bancárias, mesmo se tratando do setor bancário público, ainda não possui a cultura de negociar com a sociedade civil as linhas prioritárias para seus investimentos. Devido a isso, a relação entre a CMTPE e o setor financeiro é marcada pelo distanciamento decorrente da indisposição do sistema financeiro em considerar a contribuição da CMTPE na definição de prioridades para a aplicação dos recursos do FAT no município.

Verifica-se, portanto, uma relativa impotência da CMTPE para interferir diretamente na definição da política municipal de qualificação e geração de emprego e renda, já que seu papel limita-se à colaboração com a Comissão Estadual na definição de prioridades e estratégias para todo o Estado. Somando-se a isso, verifica-se também a impotência da

CMTPE para interferir na gestão das linhas de financiamento de projetos com recursos do FAT por parte do setor financeiro. Com o poder político reduzido, sem reconhecimento junto ao setor bancário que gere as linhas de financiamento, e sem autonomia para acompanhar e controlar os projetos desenvolvidos no município, a CMTPE ainda é um fórum carente de legitimidade para coordenar as relações de forças políticas entre Estado, capital e trabalho, bem como para interferir nas ações e formulações voltadas para a promoção da qualificação social e profissional, articulada com uma política de geração de emprego e renda no âmbito municipal.

Assim, o papel que a CMTPE tem exercido de fato é o de acompanhamento dessa política, sem muito poder de intervenção nos rumos prescritos pelo governo federal e pelo Governo Estadual, em parceria com sistema financeiro público. Vejamos a afirmação do secretário de Expansão Econômica de Vitória da Conquista<sup>7</sup> a esse respeito:

*“Isso nos leva a alguma dificuldade em otimizar os investimentos dos recursos do FAT. O que nós firmamos na última reunião da CMTPE, e já encaminhamos isso ao setor financeiro público, são linhas de ações prioritárias com uma exigência de que os bancos nos forneçam imediatamente, após as operações que eles vão efetivando, dados e elementos desses empreendimentos para que a CMTPE possa acompanhar. Devo dizer que esse acompanhamento posterior a Comissão sempre fez, ela sempre teve esse aspecto observador. O que nós precisamos é encontrar por parte das representações dos bancos públicos uma disposição maior de diálogo e uma disposição de [garantir o acompanhamento] efetivo desses empreendimentos, para que a gente possa fazer mesmo uma contabilidade de postos de trabalho gerados com recursos do FAT, que nos dê mais segurança para melhor utilização dos recursos do FAT.” (SOUZA, 2003)*

A partir da Resolução do CODEFAT N° 333/2003 (BRASIL, 2003), entretanto, abriram-se novas perspectivas para a CMTPE. Este documento institui o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e estabelece novos critérios para a transferência de recursos do FAT destinados à qualificação profissional e geração de emprego e renda. A Resolução inclui as secretarias municipais de trabalho e/ou arranjos institucionais municipais no leque de instituições conveniadas para a

---

<sup>7</sup> Esse posicionamento é corroborado pela representação local da SETRAS. Entretanto, não foi possível fazer o registro desse posicionamento, pois essa representação não permitiu a gravação da entrevista.

execução de ações financiadas pelos recursos do FAT. Embora esses convênios sejam restritos a municípios com mais de 1 milhão de habitantes, o que não é o caso de Vitória da Conquista, existe a possibilidade de convênios com micro ou mesorregiões, abrindo espaços para que Vitória da Conquista consubstancie sua vocação de capital regional na gestão dos recursos do FAT para a microrregião de Conquista ou para a Região Sudoeste.

A partir dessa possibilidade, o município de Vitória da Conquista poderá exercer sua liderança econômica e política na Região Sudoeste da Bahia e articular arranjos municipais para concorrer a recursos do FAT para financiamento de projetos voltados para a intermediação de mão-de-obra, microcrédito, economia solidária, seguro-desemprego e outras políticas públicas que envolvam geração de trabalho, emprego e renda, inclusive qualificação social e profissional. A concretização dessa possibilidade conferiria à CMTPE o papel estratégico de articular e priorizar demandas de qualificação social e profissional levantadas pelo poder público municipal e/ou regional e pela sociedade civil organizada, bem como supervisionar a execução de um plano plurianual para a qualificação social e profissional naquela região.

Percebe-se no poder público municipal uma intenção clara de explorar essas novas possibilidades abertas pela legislação. É a CMTPE é vista como um fórum estratégico nesse intento. A idéia de diálogo social constitui a estratégia principal do poder público de Vitória da Conquista para a implementação de ações voltadas para a gestão efetiva da aplicação dos recursos do FAT na região.

No que concerne ao processo de diálogo social e de conformação do conflito de interesses antagônicos deflagrado no interior da CMTPE, observa-se que existe uma espécie de interesse comum que amortiza os conflitos existentes entre os diferentes segmentos que a compõem. Trata-se de uma reação conjunta dos trabalhadores, empresários e do poder municipal à crise econômica que assola o país e repercute drasticamente na economia do município. As carências no campo empresarial e no campo do emprego efetivo em Vitória da Conquista só têm agravado a demanda social por renda. Se considerarmos que mais de 90% das empresas no município são familiares e que são poucas empresas de grande porte, poderemos supor que os efeitos dessa crise se manifestam de forma muito dura, com reduzidas possibilidades de reação. Isso tem contribuído para uma suposta sensibilidade dos membros da CMTPE diante de um quadro socioeconômico grave, marcado pelo rebaixamento da renda

da população e pelos inúmeros problemas sociais dele decorrentes. Essa reação dos membros da CMTPE tem atribuído ao diálogo social estabelecido um caráter harmonioso, marcado pela diluição do conflito de classe nos esforços conjuntos de seus membros para amortecer os efeitos da crise no município. Esse esforço conjunto tem criado as condições objetivas e subjetivas para a ocorrência do consentimento ativo<sup>8</sup> dos trabalhadores na gestão local dos recursos do FAT. Conforme afirma o secretário de Expansão Econômica,

*"A comissão tem trabalhado uma linguagem respeitosa atendendo a demanda explícita de uma visão mais emergencial de geração de trabalho e renda. Um exemplo disso é que a comissão não teve, desde março deste ano, nenhuma votação, todas as medidas foram tomadas por consenso"* (SOUZA, 2003).

Assim, em nome da busca de recomposição das bases de acumulação para o mercado local, com vistas à garantia de emprego e renda como alternativa à crise econômica que se instalou no país, trabalhadores, empresários e governo municipal se empenham para unir esforços em torno de interesses comuns. A política nacional de qualificação, por intermédio do CODEFAT, das Comissões Estaduais e/ou Municipais Tripartites e Paritárias, se constitui ambiente privilegiado de concretização de práticas sociais de mediação do conflito de classe em busca da adesão das massas trabalhadoras ao Projeto de Política Pública de Trabalho e Renda do Governo Federal. Visto como o único horizonte possível, o PNQ passa a gozar do consentimento ativo das massas de trabalhadores, na medida em que suas representações têm abdicado do seu papel de intelectuais responsáveis pela elaboração de projetos alternativos para disputar na sociedade a hegemonia nesse campo político. De acordo com essa lógica perversa, a experiência de Vitória da Conquista no estabelecimento do diálogo social para o controle social do uso dos recursos do FAT, ao mesmo tempo em que se materializou em um fórum de socialização dos mecanismos de controle social das decisões estatais, paradoxalmente, também se materializou num mecanismo de mediação do conflito de classe no âmbito municipal.

---

<sup>8</sup> O que chamamos aqui de consentimento ativo é a forma como indivíduos pertencentes às camadas subalternas e suas representações coletivas participam ativamente dos projetos políticos das camadas dominantes. O consentimento ativo é condição para a manutenção da hegemonia da classe dominante, mesmo que provoque uma aparente desagregação e tumulto. O consentimento ativo funciona como uma espécie de consciência coletiva que se forma a partir da mediação do conflito de classe, ou seja, "um organismo vivo só se forma depois que a multiplicidade se unifica por meio do atrito dos indivíduos: e não se pode dizer que o 'silêncio' não seja multiplicidade" (GRAMSCI, 2000: 333).

A seguir, traçaremos algumas considerações sobre esse fenômeno social concreto, mesmo que ainda de forma preliminar, com o mero intuito de contribuir para o debate sobre o diálogo social e a obtenção do consentimento ativo do trabalhadores na gestão das políticas públicas de trabalho e renda. Nesse sentido, tentaremos apontar algumas indicações de que tal fenômeno social consiste numa manifestação local de uma prática social inaugurada no Brasil pelos governos neoliberais de Itamar Franco a Fernando Henrique Cardoso. Tal prática inaugura no país novos mecanismos de mediação do conflito de classe em um contexto marcado pela complexificação das relações de poder e pelo esgotamento do modelo fordista de acumulação de capital.

### **Algumas considerações preliminares**

O conjunto de transformações por que passa o Brasil na atualidade é uma expressão da crise do capital no âmbito mundial. Tal crise tem sido demarcada pelo notório processo de reestruturação das forças produtivas e das relações de poder em praticamente todos os países do globo terrestre, com as devidas contradições decorrentes das especificidades históricas e geográficas de cada região (HARVEY, 1996). O capital passa por uma crise estrutural que lhe impõe a busca de novas bases de acumulação: interesses privados, introdução de novas tecnologias, flexibilização do processo de produção, adaptação às demandas do mercado que rompem as barreiras alfandegárias dos países e se expandem internacionalmente. Esse esgotamento, somado ao acúmulo de inovações tecnológicas no campo da microeletrônica e da informática, e ao avanço das conquistas políticas da própria classe assalariada, constituíram as condições objetivas da crise de acumulação do capital (ANTUNES, 2000; SADER & GENTILI, 1995).

O neoliberalismo, enquanto superestrutura ideológica e política para o capitalismo moderno, busca caminhos para uma ofensiva de contratendência à queda das taxas de lucro. De acordo com essa ofensiva, o Estado se exime cada vez mais da responsabilidade de execução das políticas sociais, em geral, e das políticas de qualificação e geração de emprego e renda, em particular. Não obstante, chama para si o papel de formulador e regulador das ações e metas voltadas para a garantia de condições de formação de um novo tipo de trabalhador, mais qualificado para o trabalho e para o cotidiano social. Assim, como diria Frigotto (1995), os apologetas do neoliberalismo divulgam com muita veemência a importância de regimes democráticos para consolidar o “perfeito”

funcionamento do sistema de produção e reprodução do capital como uma via de mão única para a saída da crise.

Concomitantemente a essa apologia, erigiu-se uma outra que conclama a infalibilidade das leis do mercado como reguladoras da vida em sociedade. Para consolidar os mecanismos de sustentação dessas ideologias, é necessário haver um consenso em torno das idéias neopositivistas, de modo a promover um "novo" tipo de conformação ética e moral das camadas subalternas capaz de conduzi-las a uma participação ativa dessa concepção de mundo. Tais ideologias funcionam como o cimento da reforma moral e intelectual promovida pelas classes dominantes com o consentimento ativo das camadas subalternas. E tal reforma constitui a condição objetiva e subjetiva para que o sistema recomponha suas bases de acumulação.

Por isso, a mediação exercida por um conjunto de intelectuais, com o objetivo de construir o consentimento ativo das massas, é muito importante para conformar a classe trabalhadora a uma realidade permeada por inúmeras evidências de retrocesso social inaugurado pelo projeto neoliberal. Conforme indica Bianchetti (2001: 86), trata-se de um contexto "(...) onde os grupos dominantes buscam conseguir o consenso social para a continuidade de suas ações de apropriação" por intermédio de intelectuais camuflados por um discurso tecnocrata.

O agravamento das desigualdades, flexibilização das relações de produção e elevação das taxas de desemprego são os principais resultados alcançados pela reestruturação produtiva e pela reforma do Estado no atual estágio de desenvolvimento do capital. Entretanto, essa nova configuração gera imediatismo, pragmatismo, flexibilização, desproletarização e precarização do trabalho, o que interfere nas políticas de regulação das relações de produção, em especial nas políticas públicas de trabalho e renda. Como um recurso ideológico de obscurecer os reais determinantes do flagelo em que se encontra a classe trabalhadora, surgem as formulações teóricas que dão suporte aos novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais regidos pelas leis de mercado.

O índice de desemprego cresceu nos últimos anos, atingindo níveis alarmantes, e se tornou o pretexto recorrente do Estado para implementar as reformas educacionais nos anos 1990, em especial no campo da educação profissional. Tais reformas atendem aos interesses empresariais, ontologicamente antagônicos aos da classe trabalhadora. Preocupado em manter suas bases de acumulação por intermédio do aumento da produção e do consumo, o capital tem procurado implementar estraté-

gias de convencimento das camadas subalternas de que o desemprego é causado pelo baixo nível de qualificação dos trabalhadores, e que a qualificação profissional é a única possibilidade de reversão desta realidade. Assim, a formação profissional é colocada no centro dessas reformas.

O governo assumiu o discurso da necessidade de inserção do país no mercado internacional e a empregabilidade se tornou o paradigma principal da educação profissional e esta, a condição fundamental para o aumento da produtividade e da competitividade da indústria nacional. Paradoxalmente, a idéia de empregabilidade é propagada como uma meta a ser seguida incansavelmente pelos trabalhadores, justamente no momento em que a flexibilização de direitos trabalhistas conquistados a duras penas traz consigo a expansão do trabalho parcial, temporário, terceirizado, o que alguns autores vem chamando de trabalho hifenizado, ou trabalho precarizado (ANTUNES, 2000). A necessidade de implementar uma política de formação profissional ganha cada vez mais espaço no cenário educacional e político do país como forma de resolver o problema do desemprego. Uma peculiaridade deste momento é que agora a sociedade civil é chamada à responsabilidade de promover, executar, acompanhar e fiscalizar as ações de qualificação profissional articuladas com as políticas de trabalho e renda, ou seja, as políticas de qualificação profissional estão atreladas à reforma do Estado brasileiro. "O Estado como espaço artificial de articulação das relações sociais manifesta-se por meio do governo e da sociedade, mantendo um papel periférico na relação com o mercado, que é quem, na realidade, produz a dinâmica social" (BIANCHETTI, 2001: 78).

Nessa direção, o Brasil adere às proposições dos organismos internacionais que apóiam o discurso da urgência de elevação dos níveis de escolarização e formação profissional, porém, oferecendo o mínimo, de forma pragmática, para atender ao avanço tecnológico e às demandas imediatas do mercado de trabalho. Nesse sentido, adotou-se a postura de reduzir a formação tecnológica a treinamentos fragmentados, breves, específicos e pontuais, limitados pelas necessidades mais estreitas do capital.

As ações do governo federal no campo da formação profissional se deram a partir de 1996, com a implantação do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR). Esse Plano partiu da compreensão de que "educação profissional, embora por si não crie empregos, é um componente essencial da empregabilidade de jovens e adultos" (BRASIL, 1995b: 2). Por "empregabilidade", as ações e formulações governamentais no campo da formação profissional entendiam esta palavra "(...) não apenas como capacidade de obter um emprego mas, sobretudo, de se manter

em um mercado de trabalho em constante mutação” (BRASIL, 1995a: 9). Ao estabelecer seu foco na empregabilidade, o Governo direciona a educação profissional para o mercado, rompendo de uma vez por todas com a visão assistencialista desse tipo de política social. Com uma política de amplitude nacional, o Governo pretendia, até 1999, oferecer educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar anualmente, pelo menos 20% da PEA, cerca de 15 milhões de trabalhadores (*ibidem*). Essa oferta de educação profissional, articulada com uma política de trabalho e renda, visava à formação de “cidadãos competentes”, aptos para atuarem no mundo do trabalho e na vida moderna. Esse novo perfil de trabalhador-cidadão, na visão governamental,

*“Envolve também uma dimensão da cidadania, que extrapola os muros da empresa: ler, interpretar a realidade, expressar-se verbalmente e por escrito, lidar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupos na resolução de problemas – tudo que se define como perfil de trabalhadores em setores de ponta tende a tornar-se requisito para a vida na sociedade moderna. Se o mercado exige empresas competitivas, a sociedade também exige cidadãos competentes”* (BRASIL, 1995a: 8 – grifo nosso).

A partir de 1998, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador<sup>9</sup> passa a ser o instrumento de execução dessa política, juntamente com o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), constituindo uma variante educacional aplicada em espaço alternativo ao ambiente escolar; prevê a participação de empresários, governos, trabalhadores, universidades públicas e privadas, federais e estaduais, tanto na execução quanto na avaliação; e conta com o financiamento do BID, da União e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Até julho deste ano, essa política era aplicada pelos estados da federação, em parceria com os municípios organizados em torno de Programas Estaduais de Qualificação (PEQs), e submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) e das Comissões Estaduais e/ou Municipais de Trabalho. Seguindo a orientação de descentralizar a política de trabalho e renda no país, esses programas são marcados pela pragmaticidade, brevidade e assistematização. Não obstante a essa orientação, a partir de julho de 2003, com a Resolução CODEFAT N° 333 (Cf.: BRASIL, 2003), as parcerias são estendidas a municípios com mais de um milhão de habitantes ou arranjos municipais.

---

9 Inicialmente, as ações e formulações governamentais no campo da formação profissional eram chamadas de Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR). Posteriormente, ao final de 1997, esse plano passou a ser chamado de Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, mantendo-se a mesma sigla, conforme se pode verificar nas fontes bibliográficas primárias do Ministério do Trabalho a partir de 1998 (Cf.: BRASIL, 1998a; 1998b).

O Governo do Estado da Bahia, aderindo a essa política de formação profissional do MTb, implementou o Programa Estadual de Qualificação (PEQ), isto é, um programa de qualificação e requalificação da mão-de-obra disponível no Estado, focado no mercado de trabalho e na clientela. A implementação do PEQ/BA tem como meta declarada alcançar um nível satisfatório de empregabilidade no âmbito do Estado. Esse programa é financiado pelos recursos do FAT, administrados pelo CODEFAT, e segue as diretrizes do PLANFOR. São programas que possuem dois focos de atuação: grupos de população-alvo e setores de atividades econômicas.

O perfil das pessoas atendidas pelos cursos é o seguinte: desempregados cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (SINE), beneficiários do seguro-desemprego e pessoas que se encaixam no perfil indicado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Os cursos oferecidos são definidos a partir das demandas de empresas, de ONGs e/ou prefeituras consultadas.

Como se percebe, a atuação de comissões municipais do tipo da CMTPE está prescrita, na medida em que toda a sua margem de liberdade se limita às diretrizes estabelecidas no PLANFOR. Até mesmo o nível de mediação dos interesses antagônicos está previsto como condição para efetivação das metas prescritas. Assim, mesmo que a CMTPE venha a conquistar sua autonomia em relação à Comissão Estadual, suas ações e formulações ainda assim estariam submetidas às diretrizes do Governo Federal.

Entretanto, já existe um conjunto de estudos disponíveis na bibliografia nacional e internacional na área de negociação da formação profissional que analisam e documentam experiências de incorporação do diálogo social na construção de uma nova institucionalidade da educação profissional. A maioria delas se baseia na experiência européia para a interpretação da realidade das relações trabalhistas no Brasil e na América Latina. Essa bibliografia tem tratado de experiências que visam responder às novas condições do mercado de trabalho que demandam um sistema de formação profissional mais flexível, descentralizado, que responda com qualidade às necessidades de desenvolvimentos econômico e social,

---

10 Utilizamos do termo "industrialismo" para fazer referência à unidade contraditória e discordante constituída, de um lado, pelas ações e formulações decorrentes da inserção de ciência e tecnologia nos processos de produção, da implantação de novos modelos de gestão da força de trabalho, de surgimento de novos requisitos de formação e qualificação profissional, de flexibilização do trabalho e das relações de produção; de outro, pela reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe, pela

de acordo com os limites impostos pelo novo industrialismo.<sup>10</sup> Entretanto, o fazem de forma acrítica, desconsiderando o próprio conflito de classe que, contraditoriamente, acreditam ser passível de conformação mediante a colaboração entre os sujeitos coletivos envolvidos.<sup>11</sup>

De acordo com essa visão, o que importa é a indicação da suposta possibilidade de diálogo social entre sujeitos coletivos de interesses antagônicos. Predomina a crença de que os diferentes sujeitos coletivos, cada um representando seus próprios interesses, seriam capazes de abordar em conjunto as demandas de capacitação, seja dos setores e ocupações novas e emergentes, em especial, seja daqueles que ainda estão em processo de reconversão. O elemento catalisador dos interesses dos diferentes sujeitos sociais seria, portanto, o único propósito de encontrar vias de solução para a erradicação dos conflitos que eles próprios conservam em sua natureza, efetivando desse modo a conciliação de seus interesses mediante o acordo mútuo.

É exatamente esse processo que ocorre no desenvolvimento dos trabalhos da CMTPE. Nela predomina a idéia de que é possível articular um nível mínimo de consenso no interior da Comissão, que seja capaz de formular e desenvolver ações no campo da qualificação profissional e da geração de emprego e renda, com propósito único de superar a crise da economia municipal. Os efeitos perversos desse processo são: a) a despolitização e obscurecimento do conflito de classe, o que promove uma falsa consciência da realidade social por parte do segmento dos trabalhadores; b) a "fetichização" da categoria "paritarismo", entendida como via única para negociação entre capital e trabalho, e a decorrente "satanização" das estratégias de mobilização direta dos trabalhadores em defesa de seus interesses, tais como gre-

---

complexificação das relações de poder, pela renovação da idéia das leis de mercado enquanto reguladoras da vida em sociedade, pelo culto ao individualismo, pela ofensiva ao modelo de Estado de Bem-Estar Social, minimização do papel do Estado na gestão das políticas sociais, redefinição da relação entre Estado e sociedade civil. Compreendemos "industrialismo" enquanto um equilíbrio entre as esferas estrutural e superestrutural da sociedade que conforma um tipo determinado de metabolismo social que garante a reprodução da vida social. O industrialismo é um estágio da vida em sociedade determinado pelo seu patamar de desenvolvimento de ciência e tecnologia e pelo seu nível de complexificação das relações de poder na sociedade civil capaz de garantir a reprodução da vida social. No contexto do conflito de classe, o industrialismo pressupõe, em sua dimensão estrutural, as condições objetivas e subjetivas para a sustentabilidade da acumulação de capital e, em sua dimensão superestrutural, a efetividade dos mecanismos de mediação do conflito capital/trabalho de modo a sustentar a hegemonia da concepção de mundo burguesa, obtida por meio do consentimento ativo das camadas subalternas, enquanto modo de vida socialmente aceito.

11 Ver, por exemplo, Posthuma (2002), que coordenou uma coletânea em que se analisam as experiências de diálogo social no campo da negociação da formação profissional e suas formas institucionais. Graña (2002) também segue a mesma linha de análise, buscando articular a questão da empregabilidade à formação/qualificação profissional. Já numa linha de análise mais crítica, Fidalgo (1999) estabelece relações entre as experiências de negociação da formação profissional francesa e brasileira.

ves, paralisações, operações tartaruga etc.; c) a cooptação de quadros do movimento dos trabalhadores; d) a desresponsabilização do Estado pela eficácia da política pública de trabalho e renda; e) a má utilização dos recursos do FAT; f) o distanciamento de uma perspectiva de formação do trabalhador que unifique teoria e prática, ciência e vida, trabalho manual e intelectual.

Todos esses elementos são perceptíveis na experiência da CMTPE. Predomina uma disposição para contornar as situações de conflito em nome do interesse comum, de forma acrítica, desconsiderando a natureza conflituosa e inconciliável da relação capital-trabalho. Até mesmo o poder público municipal, que está nas mãos de partidos ditos de esquerda, abdica da possibilidade de embate com o empresariado. No caso específico do município de Vitória da Conquista, quem tem tido maior vantagem no processo de negociação desencadeado na CMTPE é o segmento do empresariado que, em nome do pacto geral em torno da necessidade de geração de empregos, livra-se de enfrentar questionamentos em relação aos desrespeitos aos direitos trabalhistas e à sonegação de impostos. Ao mesmo tempo, esse segmento utiliza-se das brechas instituídas pela política pública de trabalho e renda para poupar investimentos em qualificação de mão-de-obra – uma delas é a utilização de estagiários do Ciec e do IEL para ocuparem postos de trabalho com contratos temporários e precários de trabalho.

Mas é inegável que, mesmo com seu caráter pragmático e livre de qualquer capacidade de crítica ao capital, essa linha discursiva predominante na experiência da CMTPE tem cumprido um papel ideológico significativo, na medida em que consegue justificar a reformulação da estrutura institucional da oferta e da demanda de formação/qualificação profissional. Esse tipo de arranjo político que demarca o diálogo social na CMTPE também tem prestado valioso serviço, na medida em que se empenha em divulgar a ampliação dos conceitos referentes à formação/qualificação profissional, concebendo-a não só como uma atividade de exclusiva responsabilidade do Estado, mas como um produto da negociação entre Estado e empresariado, o que inclui a participação de todos os sujeitos sociais, em especial os sindicatos e demais organizações da sociedade civil, operando em forma descentralizada em nível local.

Outro elemento recorrente nesse arranjo político que se refere à negociação da formação profissional é a crença de que as políticas públicas nesse campo exercem um papel relevante no enfrentamento da exclusão

social, ao passo que o entendimento entre os sujeitos coletivos contribui para a eficácia da identificação da demanda, o que favorece a elaboração e realização de programas de capacitação dirigidos aos segmentos mais vulneráveis da força de trabalho – os trabalhadores precarizados.

Entretanto, não é isso que verificamos nos países desenvolvidos, onde esse tipo de entendimento é uma prática social mais consolidada e com mais tempo de experiência que em países como o Brasil. Um dos problemas enfrentados na gestão de políticas de formação/qualificação profissional na França, por exemplo, é a constatação de que os segmentos da força de trabalho portadores de contrato de trabalho, com maior qualificação e com melhores condições de trabalho, são os mais beneficiados pelos programas de qualificação, em detrimento de segmentos mais necessitados (Cf. FIDALGO, 1999).

Ao abordar a trajetória dos acordos nacionais de formação profissional continuada na Espanha, Sanz (1997) indica que esses acordos prevêm o desenvolvimento de um processo que visa pôr à disposição das empresas e dos trabalhadores um sistema de formação profissional sustentado no diálogo social e na responsabilidade direta dos próprios protagonistas da atividade econômica. Embora esse caráter dos acordos esteja muito mais próximo da minimização do papel do Estado do que da efetivação da democracia preconizada pelo tripartismo e/ou paritarismo, Sanz expressa muito entusiasmo a esse respeito. Para a autora, a interlocução de empresários e de trabalhadores no sistema de formação continuada produz uma cultura da negociação e uma soma de esforços em relação às exigências planejadas para a formação continuada que acabará também por produzir efeitos positivos em outros âmbitos da relação de trabalho. Acredita Sanz que a participação conjunta de empresários e trabalhadores ao longo de todo o processo de gestão do sistema contribui para tornar possíveis os esforços complementares que a formação continuada requer, tanto do ponto de vista da empresa, em termos de investimentos e de compromisso para suas capacidades gerenciais, como do ponto de vista dos trabalhadores, em termos de motivação, de dedicação e de disponibilidade para participar de atividades formativas que nem sempre podem coincidir com os horários de trabalho.

É óbvio que Sanz (1997) tem conhecimento de que os objetivos fundamentais desses acordos e das políticas deles originadas visam a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores, a melhoria da competitividade das empresas, à adaptação da força de trabalho às inovações tecnológicas e à promoção do desenvolvimento de novas

atividades econômicas. Mesmo assim a autora não formula nenhuma crítica, conformando-se na ótica empresarial. O fato de esses acordos buscarem a adequação do sistema de formação continuada espanhol às demandas do setor produtivo nem sequer é questionado pela autora.<sup>12</sup>

A observação da experiência da CMTPE em Vitória da Conquista nos indica que as bases objetivas e subjetivas que sustentam a significativa harmonização de interesses no diálogo social no acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do FAT são conjunturais. Não se trata, portanto, de um princípio norteador da relação entre capital e trabalho de agora por diante, mas sim de uma frágil estratégia de despolitização do conflito de classe com vistas na manutenção das mínimas condições de uma também frágil estabilidade do mercado local para minimizar os efeitos da crise estrutural do capital.

Tais considerações nos levam à conclusão de que o trabalho desenvolvido pela CMTPE não tem sido eficaz na tarefa de acompanhar e controlar a aplicação dos recursos do FAT no município. A própria Comissão não tem informações suficientes para realizar tal tarefa, tampouco tem autonomia política para tal, haja vista que as instituições financeiras que geram os recursos não a reconhecem como uma instituição legítima para definir as prioridades de investimentos em qualificação profissional e geração de emprego e renda no município. Por outro lado, essa Comissão tem sido bastante eficaz na concretização da pedagogia política inerente aos processos de mediação do conflito de classe acionados no diálogo social em torno das políticas públicas do Estado neoliberal. A própria prática social do diálogo social desencadeado na CMTPE, em si, tem funcionado como uma experiência bem-sucedida, no âmbito local, de consolidação da crença de que é possível harmonizar os diferentes interesses em conflito na sociedade e que tal harmonização é a condição básica para a superação da crise do capital na atualidade – mesmo que todas as evidências empíricas apontem na direção contrária.

---

12 Diversos autores também têm abordado a experiência brasileira nesse campo. Muitos têm denunciado que a ação do Estado brasileiro no campo da formação profissional tem se baseado na "matriz conceitual" do Banco Mundial para as políticas socioeconômicas dos países em desenvolvimento. Dentre eles, podemos citar Corraggio (1996), Fonseca (1996) e Torres (1996), todos reunidos numa coletânea organizada por De Tommasi (1996).

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed., São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.

BAHIA. SEI. **Estatísticas dos Municípios Baianos/2002**. Salvador: SEI, 2002. Disponível em: [[http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia\\_dados/est\\_municipios/sumario/sum\\_2002.htm](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/bahia_dados/est_municipios/sumario/sum_2002.htm)], acessado em 25/11/2003.

BAHIA. SETRAS. **Manual Comissão Municipal Tripartite e Paritária de Emprego**. Salvador: SETRAS, 2001. Série Trabalho Integrado, v. I – 50 p.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001. 119 p.

BRASIL. MTb. **O Mercado de Trabalho e a Geração de Empregos**. 2. ed., Brasília (DF): Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997a. 38 p.

\_\_\_\_\_. MTb. **Plano de Ação: um compromisso com a mudança (1996-1998)**. Brasília (DF): MTb, [1996a?]. 37 p.

\_\_\_\_\_. MTb. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Catálogo de Projetos: experiências inovadoras**. Brasília (DF): MTb, SEFOR, 1998a. 54 p.

\_\_\_\_\_. MTb. **Política de Emprego e Renda: ações do Governo**. Brasília (DF): MTb, 1997b. 51 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **Educação Profissional: o debate da(s) competência(s)**. Brasília (DF): MTb, SEFOR, 1997c. 34 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília (DF): SEFOR, 1995a. 24 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **Habilidades, uma questão de competências?** Brasília (DF): MTb, 1996b. 26 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional: termos de referência dos programas de educação profissional (nacionais, estaduais e emergenciais)**. Brasília (DF): MTb, 1996c. 122 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional: termos de referência dos projetos especiais (avaliação, acompanhamento e supervisão, cadastro de executores)**. Brasília (DF): MTb, 1996d. 26 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador: diretrizes de planejamento 1999/2002 (Termo de Referência)**. Brasília (DF): MTb, SEFOR, 1998b. [mimeo], 8 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **PLANFOR 1996/99**: planos estaduais de qualificação, parcerias nacionais e regionais: avaliação gerencial 1996: primeiro ano do triênio. Brasília (DF): MTb, SEFOR, 1997d. 75 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **Plano Nacional de Educação Profissional: trabalho e empregabilidade**. Brasília (DF): MTb, SEFOR, [1995b?]. 8 p.

\_\_\_\_\_. MTb. SEFOR. **Sistema Público de Emprego e Educação Profissional: implementação de uma política integrada**. Brasília (DF): MTb, SEFOR, 1997e. 27 p.

\_\_\_\_\_. MTE. CODEFAT. Resolução N° 333, de 10 de julho de 2003. Publicado no Diário Oficial – Eletrônico de 7/8/2003, p. 69, seção I.

\_\_\_\_\_. MTE. SPPE. **Conhecendo o PLANFOR: como o governo federal e o Ministério do Trabalho e Emprego estão qualificando o Brasil**. Brasília (DF): MTE, SPPE, 2001. 23 p.

\_\_\_\_\_. **Programa Brasil Empreendedor**. Brasília (DF): Secretaria-Geral da Presidência da República, 1999. 25 p.

COMISSÃO TRIPARTITE E PARITÁRIA DE EMPREGO. **Livro de Atas**. Vitória da Conquista: [manuscrito], 2003.

COMISSÃO TRIPARTITE E PARITÁRIA DE EMPREGO. **Resolução N° 003 de 20 de agosto de 2003**. Dispõe sobre a aplicação de recursos do PROGER/FAT – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Vitória da Conquista: [mimeo].

DE TOMMASI, L.; WARDE, M.J. & HADDAD, S. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez: ação Educativa: PUC/SP, 1996. 279 p.

FIDALGO, F. **A Formação Profissional Negociada: França e Brasil, anos de 1990**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999. 226 p.

FRIGOTTO, G. **Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. In: GENTILI, P. A. & SILVA, T.T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: versões críticas**. 2. ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. P. 31-92.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere (Vol. I: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere (Vol. III: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 428 p.

GRAÑA, G. *Políticas de Empleo, Formación y Diálogo Social: discusión conceptual y aproximación empírica al caso uruguayo*. Montevideo: CINTERFOR, 2002. 96 p

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. 6. ed., São Paulo: Loyola, 1996. 349 p.

POSTHUMA, A.C. (Coord.). *Diálogo Social, Formação Profissional y Institucionalidad*. Montevideo: CINTERFOR, OIT, 2002. 338 p.

PREFEITURA MUNIC. DE VITÓRIA DA CONQUISTA. SECRETARIA DE EXPANSÃO ECONÔMICA. *Emprego Formal em Vitória da Conquista a partir de 1990*. Vitória da Conquista (BA): 2002. [mimeo], 10 p.

SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.

SANZ, Y.P. *La Formación Continua en España*. In: Seminário Internacional Emprego e Desenvolvimento Tecnológico, 12 – 18/11/1997, São Paulo. *Paper da Conferência “La formación continua en España”*. São Paulo: 1997. [mimeo] 10 p.

SOUZA, J.S. (Elias Nunes Dourado – Secretário Municipal de Expansão Econômica). *Entrevista com o Secretário Municipal de Expansão Econômica de Vitória da Conquista/BA*. Vitória da Conquista (BA): 2003. 1 fita cassete Sony de 60’.

SOUZA, J.S. *Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: anos 90*. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223 p.